



# TJ-SC

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE  
SANTA CATARINA

350 Questões  
Técnico Judiciário Auxiliar



CÓD: SL-212MA-24  
7908433255550

## Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Noções de Direito Administrativo .....	15
3. Noções de Direito Constitucional .....	27
4. Noções de Direito Civil .....	41
5. Noções de Direito Processual Civil .....	55
6. Noções de Direito Penal .....	69
7. Noções de Direito Processual Penal .....	83

# LÍNGUA PORTUGUESA

## 1. FGV - 2024

Numa viagem de carro entre Rio e Minas Gerais, um motorista foi observando uma série de cartazes na rodovia; o único cartaz abaixo que está **corretamente**

redigido, é:

- (A) Precisam-se de caminhões para transporte de grãos;
- (B) Há vagas no estacionamento ao lado do posto;
- (C) Aqui anteriormente haviam árvores; hoje, um deserto;
- (D) Deixe para amanhã o que não precisa fazer hoje;
- (E) Local de diverção para crianças.

## 2. FGV - 2024

A opção em que as duas palavras nela apresentadas recebem acento gráfico corretamente, é:

- (A) dócil / maquinária;
- (B) autóctone / rúbrica;
- (C) hífen / táctil;
- (D) barbária / têxtil;
- (E) éter / cíclope.

## 3. FGV - 2024

Assinale a frase abaixo em que aparece a substantivação de um adjetivo.

- (A) Nem todas as crianças são terríveis; algumas crescem.
- (B) O melhor da minha infância era fazer o meu irmão rir com tanta empolgação que a comida saía pelo nariz dele.
- (C) O amor é uma bobagem feita a dois.
- (D) Se odeia com excesso quando se odeia um irmão.
- (E) Um parente pobre é sempre um parente distante.

## 4. FGV - 2024

A frase abaixo que mostra um mesmo vocábulo empregado sucessivamente como substantivo abstrato e concreto, é:

- (A) Este livro vai falar do amor e dos amores de minha vida;
- (B) Trouxe lembranças para todos, pois viajei com a lembrança de vocês;

(C) O fato de fazerem tantos agrados aos convidados não foi do meu agrado;

(D) As marcas deixadas na paisagem eram marcas de descuido e de irresponsabilidade;

(E) Os cuidados com os ferimentos dos soldados mostraram o cuidado com os cidadãos em geral.

## 5. FGV - 2024

Os adjetivos podem representar estados, qualidades, características e relações; assinale a frase abaixo que mostra um tipo de adjetivo diferente dos demais.

- (A) Ninguém é sério quando tem dezessete anos.
- (B) Quando se é jovem, as manhãs são triunfantes.
- (C) A insanidade é hereditária – você pode pegá-la de seus filhos.
- (D) Esta idade é inocente: sua ingenuidade não altera nem a simples verdade.
- (E) De todos os presentes da natureza, qual é mais doce para o homem do que a criança?

## 6. FGV - 2024

A frase abaixo em que os dois adjetivos nela destacados representam estados, é:

- (A) Homem resfriado não deve ficar deitado;
- (B) É um milagre divino que a curiosidade sobreviva à educação formal;
- (C) O objetivo da educação é substituir uma mente vazia por uma mente aberta;
- (D) Nossas necessidades são poucas, mas nossos desejos são incontáveis;
- (E) Não se pode descobrir novas terras sem aceitar perder de vista a terra por um longo tempo.

## 7. FGV - 2024

Em todas as frases abaixo há um par de palavras sublinhado; a frase em que a inversão de posição desses termos provoca uma mudança de significado, é:

- (A) Até os deuses gostam das próprias piadas;
- (B) O inferno está cheio de boas intenções;
- (C) Inútil interrogar o céu: ele tem respostas rápidas;
- (D) Deus pendura os maiores pesos nas asas menores;
- (E) Os deuses ocupam-se das coisas grandes.

**8. FGV - 2024**

A opção abaixo em que os dois adjetivos indicados NÃO variam em número nem em gênero, é:

- (A) rosa / creme;
- (B) branco / firme;
- (C) constante / frequente;
- (D) melhor / superior;
- (E) marrom / atuante.

**9. FGV - 2024**

Nos verbos regulares as formas do infinitivo pessoal e do futuro do subjuntivo são idênticas; assinale a frase em que a forma sublinhada exemplifica o futuro do subjuntivo.

- (A) Saber escolher o tempo é saber economizar tempo.
- (B) Os que empregam mal seu tempo são os primeiros a se queixar de sua brevidade.
- (C) Se chegar antes da hora, haverá tempo perdido.
- (D) Esperar é desmentir o futuro.
- (E) Há menos por descobrir do que por inventar.

**10. FGV - 2024**

Assinale a frase em que o vocábulo MAIS exemplifica a noção de quantidade.

- (A) A muleta do tempo é mais trabalhadora que a rápida clava de Hércules.
- (B) Espere pelo mais sábio dos conselheiros: o tempo.
- (C) O tempo perdido não se encontra nunca mais.
- (D) Quanto menos tempo se tem, mais tempo se encontra.
- (E) Como diz um amigo meu, antes tarde do que mais tarde.

**11. FGV - 2024**

Entre as frases abaixo, assinale aquela em que o vocábulo “mais” mostra valor de “tempo”.

- (A) Os animais que o ser humano come não se extinguem. É por isso que temos mais galinhas do que águias neste país.
- (B) Graças a Deus o sol já se pôs, e não tenho mais de sair para aproveitá-lo.
- (C) Uma cultura não tem mais valor do que os seus bosques.
- (D) O cavalo. A mais bela conquista que o homem já fez.
- (E) O amanhecer é o momento mais bonito do dia, mas, quando ele chega, encontra a maioria das pessoas dormindo.

**12. FGV - 2024**

Assinale a frase que mostra uma quantidade definida.

- (A) Um grupo de estudantes chegou atrasado à formatura.
- (B) Centenas de militares participaram do desfile.
- (C) Uma dúzia de bananas está custando muito caro.
- (D) Há muitos desertores na guerra da Ucrânia.
- (E) Cerca de 130 pessoas não compareceram.

**13. FGV - 2024**

Assinale a frase em que a preposição sublinhada tem valor nocional, ou seja, não é exigida por um termo anterior.

- (A) Se chegar a perder a Terra, de nada servirá ao homem ganhar a Lua.
- (B) Gosto de mulheres jovens; suas histórias são menores.
- (C) A primeira ideia literária de toda mulher é sempre vingar-se de alguém.
- (D) Quando você tem uma grande esposa conte para todos – mas tenha certeza de contar para ela também.
- (E) Desconfiai de uma mulher distraída: é um lince que vos observa.

**14. FGV - 2024**

Assinale a frase em que a preposição até mostra valor semântico diferente dos demais.

- (A) Um homem apaixonado é incompleto até que se case.
- (B) Aos quinze anos, há até certa graça em ameaçar muito e não executar nada.
- (C) Estou por tudo o que ela quiser; mamãe sabe que eu faço tudo o que ela manda; estou pronto a ser o que for do seu agrado, até cocheiro de ônibus.
- (D) Podemos ir juntos; veremos as terras estrangeiras, ouviremos inglês, francês, italiano, espanhol, russo e até sueco.
- (E) — Mas tu gostavas tanto de ser padre, disse ela; não te lembras que até pedias para ir ver sair os seminaristas de São José, com as suas batinas?

**15. FGV - 2024**

Entre as frases abaixo assinale aquela que mostra a preposição COM no valor semântico de “companhia”.

- (A) O dia, a água, o sol, a lua, a noite – coisas que não tenho de comprar com dinheiro.
- (B) A morte fala-nos com uma voz profunda para não dizer nada.
- (C) A primeira lei da natureza é que tudo está relacionado com tudo.

(D) Fui passear com as árvores, e o resultado é que fiquei mais alto.

(E) Nenhum pássaro voa alto demais se voa com as próprias asas.

#### 16. FGV - 2024

Entre as frases abaixo, aquela que identifica corretamente a relação lógica entre os segmentos destacados, é:

(A) Quanto menos tempo se tem, / mais tempo se encontra.–correlação;

(B) Nós matamos o tempo, / mas ele nos enterra.–comparação;

(C) Enquanto falo, / as horas passam.–condição;

(D) Recomendo-te que tenhas cuidado com os minutos, / de vez que as horas cuidarão de si mesmas.–causa e consequência;

(E) Como diz um amigo meu, / antes tarde do que mais tarde.–modo.

#### 17. FGV - 2024

A frase abaixo que mostra corretamente um sinônimo da palavra sublinhada na frase, é:

(A) Filhos casam, crestem e nos dão netos / aumentam;

(B) A preocupação traz a velhice antes da hora / antiguidade;

(C) A distância mais longa é entre a cabeça e o coração / larga;

(D) Nada chegará ao fundo da risada de uma criança / estudante;

(E) A maioria dos homens morre de seus remédios, e não das suas doenças / enfermidades.

#### 18. FGV - 2024

A frase abaixo que mostra uma estrutura de antíteses, ou seja, mostra palavras de significados opostos, é:

(A) Quanto menos tempo se tem, mais tempo se encontra;

(B) As pessoas que não fazem nada nunca têm tempo;

(C) Nós matamos o tempo, mas ele nos enterra;

(D) Os amigos se mantêm perto; os adversários, mais perto ainda;

(E) O tempo perdido não se encontra nunca mais.

#### 19. FGV - 2024

A frase abaixo cujo termo sublinhado exerce a função sintática de objeto direto, é:

(A) Viu-se o acidente de longe;

(B) Necessita-se de transporte rápido;

(C) Alugamos ontem o apartamento;

(D) O navio atracou atrasado no cais;

(E) O menino não gostava de algodão doce.

#### 20. FGV - 2024

Abaixo foram copiadas cinco frases; a todas elas foram anexadas vírgulas. Assinale a opção em que a vírgula foi acrescentada **corretamente**.

(A) O tempo não dura para os mortos / o tempo não dura, para os mortos.

(B) Um bebê é a opinião de Deus de que a vida deve continuar / Um bebê é a opinião de Deus, de que a vida deve continuar.

(C) A melhor morte é aquela que nos satisfaz / A melhor morte é aquela, que nos satisfaz.

(D) Se eu soubesse que ia viver tanto tempo teria me cuidado melhor / Se eu soubesse que ia viver tanto tempo, teria me cuidado melhor.

(E) A idade em que tudo se reparte é geralmente a idade em que nada se tem / A idade em que tudo se reparte é geralmente a idade, em que nada se tem.

#### 21. FGV - 2024

Observe o emprego das vírgulas na seguinte frase: "Deus fez o campo, e o homem, a cidade."

A afirmação correta sobre o emprego de vírgulas nessa frase é:

(A) a primeira vírgula é usada para mostrar fim de uma oração.

(B) as duas vírgulas são usadas pelo mesmo motivo.

(C) a primeira vírgula é empregada em lugar de um conector.

(D) a segunda vírgula é usada para evitar ambiguidade.

(E) a segunda vírgula marca uma elipse do verbo.

#### 22. FGV - 2024

A pontuação é um elemento importante na clareza da frase.

A opção abaixo em que o emprego da vírgula é devido à elipse do verbo, é:

(A) Quando se morre, é por muito tempo;

(B) Eu percebo, sem nenhum temor, a desunião das moléculas de minha existência;

(C) Nada resume um homem, nem sequer suas ideias;

(D) Ele tinha a mesma doença que eu, só que a minha é pior;

(E) A rosa vive uma hora; o cipreste, cem anos.

**23. FGV - 2024**

Assinale a frase em que o acento grave da crase está corretamente empregado.

- (A) Quem não amar à Deus, Deus não castiga.
- (B) Quando os deuses querem nos punir, eles respondem à nossas preces.
- (C) Os homens dão mais fé àquilo que não entendem.
- (D) Se alguém não vos recebe e não dá ouvidos à vossas palavras, sai daquela casa e sacudi o pó de vossos pés.
- (E) A religião não é outra coisa que a sombra do universo projetada sobre à inteligência humana.

**24. FGV - 2024**

Assinale a frase em que a utilização do acento grave indicativo da crase é realizada de forma errada.

- (A) Pensa de manhã. Age ao meio-dia. Come à tarde. Dorme à noite.
- (B) Se você de fato leva à sério a preparação de seu filho para o futuro, não lhe ensine a subtrair – ensine a deduzir.
- (C) A perspicácia de um momento às vezes vale a experiência de uma vida.
- (D) O tempo presente é semelhante à massa de argila; o tempo passado, ao pó; e o tempo futuro ao cântaro.
- (E) O passado e o futuro nada são se comparados à severidade do hoje.

**25. FGV - 2024**

A frase abaixo em que a utilização do acento grave indicativo da crase está feita de forma correta, é:

- (A) Para manter a saúde é necessário começar à amar;
- (B) A mente, como à casa, é mobiliada pelo proprietário;
- (C) Sou igual à vara de marmelo. Envergo, mas não quebro;
- (D) Outro dia fui para à academia, mas não gosto de malhar;
- (E) Um pouco de incenso queimado é bom remédio para reajustas às coisas.

**26. FGV - 2024**

Assinale a opção em que a conjunção E mostra valor de adição e não se oposição.

- (A) A rosa vive uma hora, e o cipreste, cem anos.
- (B) Conheço um pouco sobre a natureza, e nada sobre o homem.
- (C) Meu principal objetivo na vida é fazer as pessoas, felizes, e isso é quase impossível.

(D) Deus fez a vida para ser praticada e não para ser conhecida.

(E) A vida se vive e se escreve.

**27. FGV - 2024**

Observe os termos sublinhados no texto abaixo:

“Só o cavaleiro que (1) conseguisse vencer o gigante Morholt poderia salvar o país, mas ninguém havia até então ousado desafiar um guerreiro tão poderoso. Corajosamente, Tristão apresentou-se para enfrentá-lo. Eles se dirigiram então para a ilha de Santo-Tomás para aí se defrontarem. Armado cada um com uma espada, os dois combatentes se enfrentaram: Tristão não pôde evitar a arma de seu adversário que (2) lhe transpassou a coxa, mas ele soube melhor servir-se de sua espada e, defrontando-se com Morholt, ele lhe enfiou a ponta da espada no crânio. Mortalmente atingido, o gigante desabou e um brilho de metal ficou em sua ferida. O jovem cavaleiro teve forças para voltar as castelo de seu tio onde todos os habitantes estavam reunidos para festejar sua vitória.”

Nesse texto, há um conjunto de termos sublinhados; assinale a afirmativa correta sobre esses elementos de coesão e coerência.

- (A) A primeira ocorrência do pronome relativo “que” e a expressão nominal “um guerreiro tão poderoso” se referem ao mesmo personagem.
- (B) O pronome “se” nas formas verbais “se dirigiram”, “se defrontarem”, “servir-se” e “defrontando-se” se referem a personagens anteriormente citadas.
- (C) A segunda ocorrência do pronome relativo “que” se refere ao termo anterior “seu adversário”.
- (D) “cada um” e “os dois combatentes” se referem aos mesmos personagens: Tristão e o gigante.
- (E) As duas ocorrências do pronome “lhe” têm valor possessivo e se referem a personagens diferentes.

**28. FGV - 2024**

Em todas as frases a seguir foi evitada a repetição de termos idênticos por meio da substituição da segunda ocorrência. Assinale a frase em que o termo substituto está de acordo com a classe gramatical indicada entre parênteses.

- (A) Clovis apreciou muito a viagem que fez para a Grécia. Ele voltará a Grécia no ano que vem. / lá (pronome adverbial).
- (B) Em sua viagem ele conheceu muitos templos antigos. Já tinham comentado com ele sobre templos antigos. / eles (pronome relativo).

# NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

## 1. FGV - 2023

Os princípios da Administração Pública, expressos na Constituição Federal, são responsáveis por orientar as atuações do Estado, buscando criar um balizamento para uma maneira adequada de se administrar entes públicos.

Acerca desses princípios, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) O fato de o governador colocar seu nome em um complexo poliesportivo, construído em sua gestão, representa uma violação ao princípio da publicidade.
- (B) A realização de ato da administração pública não autorizado nem proibido por lei, conforme vontade pessoal, viola o princípio da legalidade.
- (C) A imposição de uma multa desproporcional representa uma violação ao princípio da eficiência.
- (D) A conduta antiética e desonesta de um agente público, ainda que legal, viola o princípio da segurança jurídica.
- (E) A nomeação de novos servidores públicos, por meio de concurso público, mas com o edital prevendo prova oral, afronta o princípio da impessoalidade.

## 2. FGV - 2022

Considere as situações a seguir:

- 1. O prefeito do município X coloca o seu nome no parque público construído em sua gestão.
- 2. O Ministro da Justiça age em desconformidade com o previsto por Medida Provisória.
- 3. O chefe de departamento da Secretaria de Fazenda do Estado Y nomeia seu filho, formado em artes cênicas, para um cargo comissionado de assessoramento jurídico.

À luz dos princípios administrativos que regem a Administração Pública, é correto afirmar que, nas situações apresentadas, foram violados, respectivamente, os princípios da

- (A) impessoalidade, legalidade e moralidade.
- (B) eficiência, moralidade e impessoalidade.
- (C) moralidade, publicidade e eficiência.
- (D) publicidade, moralidade e legalidade.
- (E) moralidade, impessoalidade e publicidade.

## 3. FGV - 2022

Um funcionário público que, embora aja honestamente, execute suas atribuições sem a devida presteza esperada para sua função estará violando o princípio constitucional da

- (A) eficiência.
- (B) eficácia.
- (C) legalidade.
- (D) publicidade.
- (E) igualdade.

## 4. FGV - 2022

Assinale a opção que caracteriza corretamente um dos princípios que norteia a Administração Pública.

- (A) Os agentes públicos não podem prejudicar, nem privilegiar nenhum indivíduo (*eficiência*).
- (B) Atos e informações da Administração Pública devem ter divulgação oficial (*impessoalidade*).
- (C) As regras e as normas de conduta, definidas pela legislação, devem ser seguidas pelo administrador público (*moralidade*).
- (D) A ação do administrador público deve, necessariamente, estar em conformidade com a lei (*publicidade*).
- (E) A Administração Pública deve manter ou ampliar a qualidade dos serviços que presta, atingindo metas e evitando desperdícios (*legalidade*).

## 5. FGV - 2023

A Administração Pública editou o ato administrativo XYZ, observando todas as formalidades exigidas em lei. Alguns meses após os fatos, o ente estatal, por intermédio de João, agente público competente, revoga o ato administrativo, ao argumento de que este se tornou inconveniente e inoportuno para a finalidade pública.

Nesse cenário, a atuação da Administração Pública se baseou no princípio da:

- (A) proporcionalidade;
- (B) continuidade;
- (C) autotutela;
- (D) legalidade;
- (E) eficiência.

**6. FGV - 2022**

João, técnico policial de necropsia da Polícia Civil do Estado Alfa, requereu administrativamente a concessão de abono de permanência, que foi deferida, conforme publicação no Diário Oficial. No dia seguinte à publicação, o diretor do Departamento de Recursos Humanos verificou que o servidor não fazia juz ao abono de permanência, haja vista que ainda não preencheu todos os requisitos legais para tal. Dessa forma, observadas as cautelas legais, o secretário de Polícia Civil anulou o ato anterior de concessão do abono de permanência.

No caso em tela, o princípio implícito da administração pública que embasou o ato de invalidação praticado pelo chefe institucional é o princípio da:

- (A) intranscendência, e a Administração Pública não pode agir de ofício, isto é, tem que ser provocada a rever o ato;
- (B) autotutela, e a Administração Pública pode agir de ofício, isto é, sem ser provocada a rever o ato;
- (C) motivação, segundo o qual a Administração Pública não pode permitir a produção de efeitos ilegais de seus atos, pela teoria dos motivos determinantes;
- (D) intranscendência, e a Administração Pública pode agir de ofício, isto é, sem ser provocada a rever o ato, desde que assegure o contraditório e a ampla defesa ao interessado;
- (E) autotutela, mas a Administração Pública não pode agir de ofício, isto é, tem que ser provocada a rever o ato, que deveria ter sido revogado, e não anulado.

**7. FGV - 2022**

O secretário de Saúde do Estado do Tocantins, verificando ilegalidade no procedimento licitatório que culminou com a contratação de empresa para o fornecimento de material hospitalar, decidiu, após oportunizado o contraditório à contratada, anular o contrato e o respectivo procedimento licitatório.

O controle que a Administração Pública tem sobre seus próprios atos, podendo anular os ilegais e revogar os inoportunos, decorre do princípio da:

- (A) segurança jurídica;
- (B) motivação;
- (C) autotutela;
- (D) eficiência;
- (E) boa-fé.

**8. FGV - 2022**

Os princípios administrativos representam diretrizes que balizam tanto a atuação do administrador público quanto a elaboração de normas para o regimento da administração pública. Destaca-se, entretanto, que, embora alguns princípios estejam previstos expressamente no texto constitucional, outros são decorrentes de interpretações doutrinárias, tendo, como exemplo, o

- (A) Princípio da eficiência.
- (B) Princípio da proporcionalidade.
- (C) Princípio da publicidade.
- (D) Princípio da descontinuidade.
- (E) Princípio da pessoalidade.

**9. FGV - 2022**

Para que a administração pública atue em conformidade com o princípio da autotutela, é correto afirmar que ela pode

- (A) assegurar a estabilidade de relações jurídicas já consolidadas, garantindo a interpretação retroativa de novas interpretações.
- (B) anular seus próprios atos por razões de oportunidade, ressalvando a possibilidade de apreciação judicial.
- (C) revogar atos de entidades administrativas em caso de ilegalidade explícita.
- (D) dispensar a motivação a atos de fundações públicas que neguem direitos a administrados.
- (E) revogar seus próprios atos por motivo de conveniência, respeitando os direitos adquiridos.

**10. FGV - 2024**

Caio, grande apreciador de armas de fogo, perguntou ao seu irmão, policial militar, quais procedimentos deveria adotar para possuir um revólver, de forma regular, em seu domicílio. O agente da lei, então, explicou, detalhadamente, o caminho que deveria ser percorrido por Caio. Após a observância de todas as formalidades legais, a Administração Pública editou um ato administrativo, manifestando a concordância com o pedido formulado por Caio, autorizando-o a ter a posse de uma arma de fogo em seu domicílio.

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, está-se diante de um ato administrativo (de):

- (A) enunciativo;
- (B) ordinatório;
- (C) normativo;
- (D) controle;
- (E) negocial.

**11. FGV - 2023**

Sociedade Sagaz solicitou determinado ato administrativo, cujo deferimento depende da margem de escolha conferida pelo ordenamento ao agente competente, ou seja, da conveniência e oportunidade na ponderação dos motivos e na escolha do objeto, mediante motivação por ele realizada.

O caso relatado trata de ato administrativo

- (A) vinculado.
- (B) discricionário.
- (C) consensual.
- (D) delegatário.

**12. FGV - 2022**

Maria acaba de ser aprovada em concurso público para o cargo efetivo de técnico policial de necropsia da Polícia Civil do Estado Alfa, inclusive obtendo excelente aproveitamento no curso de formação ministrado pela Acadepol. Em sua primeira lotação que acaba de ser publicada no Diário Oficial, Maria pretendia ser lotada no Instituto Médico Legal sediado na capital do Estado Alfa, mas foi lotada em determinado Posto Regional de Polícia Técnica e Científica (PRPTC), no interior do Estado.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, em matéria de classificação do ato administrativo quanto ao grau de liberdade do agente, o ato praticado pelo secretário de Polícia Civil de lotação inicial de Maria no citado PRPTC é um ato:

- (A) vinculado, pois a lei regulamenta a edição do ato de lotação, não conferindo ao agente público qualquer margem de escolha;
- (B) composto, pois é formado pela soma de vontades de órgãos públicos, quais sejam, setor de pessoal e chefia de Polícia Civil;
- (C) discricionário, pois o agente público busca, dentro dos limites da lei, razões de oportunidade e conveniência para praticar o ato;
- (D) de gestão, que é praticado pelo agente público com a prévia e não vinculante oitiva do servidor interessado, devendo prevalecer o interesse público;
- (E) de polícia, que restringe direitos individuais do servidor público de escolher sua lotação, em prol do interesse público, devendo o ato ser revisto anualmente.

**13. FGV - 2022**

O promotor de Justiça João exerce a função de consultor jurídico da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado Beta. Instado pelo procurador-geral de Justiça, João emitiu parecer sobre a viabilidade jurídica da celebração de um termo de cooperação técnica a ser firmado com o Tribunal de Contas do Estado Beta.

Consoante ensina a doutrina de Direito Administrativo, em especial em matéria de classificação do ato administrativo quanto ao critério dos efeitos, o parecer assinado por João tem natureza de ato administrativo:

- (A) constitutivo, que se caracteriza por uma opinião jurídica, que tem o condão de produzir efeitos jurídicos;
- (B) declaratório, que se caracteriza por declarar o entendimento jurídico da consultoria, modificando ou extinguindo direitos;
- (C) vinculado, que se caracteriza por impedir a celebração do instrumento, caso o parecer indique alguma ilegalidade;
- (D) enunciativo, que se caracteriza por um juízo de valor, dependendo, ainda, de outros atos de caráter decisório;
- (E) discricionário, que se caracteriza por mera opinião do consultor, levando em conta critérios de oportunidade e conveniência e com caráter vinculante.

**14. FGV - 2022**

Cláudia, servidora pública efetiva e Diretora da Zª Vara do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, no regular exercício de sua competência, editou uma ordem de serviço, com a finalidade de distribuir e ordenar o serviço interno do órgão e dos servidores lá lotados.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a ordem de serviço expedida por Cláudia é um ato administrativo

- (A) normativo, decorrente do poder disciplinar.
- (B) ordinatório, decorrente do poder hierárquico.
- (C) enunciativo, decorrente do poder regulamentar.
- (D) ordinário, decorrente do poder normativo.
- (E) organizacional, decorrente do poder disciplinar.

**15. FGV - 2024**

As autoridades competentes da Administração Pública verificaram que, após a regular formalização de determinado contrato administrativo com a sociedade Begônia, a contratada descumpriu as cláusulas estabelecidas no contrato, de modo que, mediante o devido processo administrativo, a ela foi aplicada a respectiva sanção, de modo proporcional, com fulcro na Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, a aplicação da sanção em comento corresponde à manifestação do(s) poder(es):

- (A) de polícia, em decorrência da denominada supremacia geral da Administração;
- (B) disciplinar, diante da relação de sujeição especial entre o contratante e o contratado;
- (C) de polícia, em razão da relação de sujeição especial entre o contratante e o contratado;
- (D) disciplinar, em decorrência da denominada supremacia geral da Administração;
- (E) de polícia, disciplinar e hierárquico, considerando a denominada supremacia geral da Administração.

**16. FGV - 2023**

O Estado do Rio Grande do Norte, após o adequado processo licitatório, celebra contrato administrativo com a sociedade empresária XYZ. No curso da avença, a contratada descumpra cláusulas contratuais. Com efeito, o Estado contratante, após a observância do contraditório e da ampla defesa, aplica à contratada sanções previstas no pacto administrativo.

Nesse cenário, é correto afirmar que há a manifestação do poder:

- (A) hierárquico;
- (B) normativo;
- (C) disciplinar;
- (D) vinculado;
- (E) de polícia.

**17. FGV - 2022**

O Ministério Público do Estado Alfa celebrou contrato administrativo com a sociedade empresária Beta, para aquisição de notebooks funcionais para os seus membros. Ocorre que a contratada não cumpriu o que constou no edital de licitação e no respectivo contrato, haja vista que forneceu computadores com menos capacidade de memória e sem outras funcionalidades. Diante do ilícito praticado, o Ministério Público do Estado Alfa tomou diversas providências, entre elas a aplicação de sanção administrativa prevista em lei, após regular processo administrativo.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a aplicação da mencionada sanção foi embasada diretamente no poder administrativo:

- (A) de polícia, diante da prévia relação contratual existente;
- (B) disciplinar, diante da prévia relação contratual existente;
- (C) discricionário, independentemente da prévia relação contratual existente;
- (D) normativo, diante da supremacia do contratante sobre o contratado, que representa o poder público;
- (E) hierárquico, diante da supremacia do contratante sobre o contratado, que representa o poder público.

**18. FGV - 2023**

Com base em lei municipal que dispôs sobre os requisitos a serem observados para a realização de construções e reformas, Antônio, servidor público municipal, no exercício de suas atribuições legais, compareceu em determinada construção e constatou a afronta a certas vedações legais.

Por essa razão, notificou o proprietário a respeito dessas irregularidades, determinando sua correção no prazo estabelecido, sob pena de ser aplicada a sanção cominada.

A narrativa acima descreve uma atividade

- (A) normativa de caráter individual, de natureza discricionária, que limita o direito de propriedade, impondo a observância de deveres positivos.
- (B) administrativa, de natureza discricionária, com alicerce em ato normativo concreto, que limita a liberdade individual, impondo a observância de deveres positivos.
- (C) normativa de caráter geral, típica do poder de polícia, de natureza discricionária, que limita a liberdade individual, impondo a observância de deveres positivos.
- (D) administrativa, típica do poder de polícia, com alicerce em ato normativo concreto, que limita o direito de propriedade, impondo a observância de deveres positivos.
- (E) administrativa, típica do poder de polícia, com alicerce em ato normativo abstrato, que limita o direito de propriedade, impondo a observância de deveres negativos.

# NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

## 1. FGV - 2023

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) teve como prioridade a disposição de uma ampla gama de direitos em seu texto, ficando conhecida como *Constituição Cidadã*.

Sobre os direitos previstos expressamente na CF/88, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ninguém será submetido à tortura, exceto em caso de estado de sítio.
- (B) É livre a manifestação do pensamento, sendo, no entanto, vedado o anonimato.
- (C) A prestação de assistência nas entidades de interação coletiva é assegurada, salvo a religiosa.
- (D) É garantido o direito de propriedade, tendo como exceção o confisco para reforma agrária.
- (E) A criação de associações é livre, desde que autorizadas pelo Poder Executivo.

## 2. FGV - 2023

Assinale a opção que representa um direito ou garantia individual previsto expressamente no Art. 5º da Constituição Federal de 1988.

- (A) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida autorização prévia da autoridade competente.
- (B) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- (C) A prática do racismo constitui crime inafiançável, porém prescritível em 15 (quinze) anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- (D) Não haverá pena de morte, mesmo em caso de guerra declarada.

## 3. FGV - 2023

A associação dos moradores do Bairro Delta vinha realizando muitas e fundadas críticas à gestão do prefeito municipal, o que comprometia a sua popularidade. Preocupado com a próxima eleição municipal, quando concorreria à reeleição, o prefeito municipal solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de a associação de moradores vir a ser dissolvida compulsoriamente.

A assessoria respondeu, corretamente, que:

- (A) nenhuma associação, uma vez constituída em harmonia com a ordem jurídica, pode vir a ser dissolvida;
- (B) a associação de moradores somente pode ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial, em estando presentes os requisitos exigidos;
- (C) como a associação de moradores necessitou de autorização do Município para ser constituída, bastaria a revogação dessa autorização para que ela fosse dissolvida;
- (D) como a associação de moradores necessitou de autorização em lei municipal específica para ser constituída, somente outra lei municipal poderia determinar que fosse dissolvida;
- (E) a dissolução compulsória da associação de moradores é da alçada do Município, mas pressupõe a comprovação de que tenha sido utilizada para a prática de atos ilícitos, assegurada a ampla defesa.

## 4. FGV - 2023

Marina, insatisfeita com os últimos decretos do Prefeito do Município Alfa, resolve convocar nas redes sociais uma manifestação pacífica nas ruas do centro da cidade. No dia marcado, várias pessoas comparecem ao logradouro público e começam a se manifestar com palavras de ordem sob a sua liderança.

Considerando estes fatos, e de acordo com a Constituição da República, a manifestação

- (A) pode acontecer desde que os manifestantes tenham obtido autorização prévia com a Prefeitura.
- (B) não pode acontecer porque a Constituição da República não garante o direito de se reunir pacificamente.

(C) pode acontecer, de acordo com a Constituição da República, independente de aviso prévio à autoridade competente.

(D) não pode acontecer porque realizada em local aberto ao público, visto que prejudica o direito de locomoção dos demais cidadãos.

(E) pode acontecer independentemente de autorização, desde que não frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, e que seja pacífica, sem armas, em local aberto ao público e seja comunicada previamente à autoridade competente.

#### 5. FGV - 2023

A Constituição da República de 1988 foi um marco na nossa história por ter trazido uma extensa lista de direitos fundamentais do cidadão.

Com base no Art. 5º da Constituição da República de 1988, a seguinte opção não corresponde corretamente aos direitos e às garantias fundamentais do cidadão:

(A) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição da República.

(B) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

(C) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.

(D) não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada.

(E) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

#### 6. FGV - 2023

Péricles, preso em flagrante por estar depredando o patrimônio público durante uma manifestação, foi vítima de tortura praticada pelos agentes públicos que, em razão do sofrimento imprimido a ele, obtiveram a sua confissão, além de outras provas contra os demais manifestantes que atuaram à margem da legalidade.

De acordo com a Constituição da República

(A) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo para se obter provas de fatos relevantes e de interesse público, na forma da lei.

(B) o preso não será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, na medida em que a ninguém cabe alegar que desconhece a lei.

(C) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

(D) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária ou policial competente, incluindo os casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

(E) são admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

#### 7. FGV - 2022

Pedro possuía uma dívida e tinha receio de ser preso caso não realizasse o respectivo pagamento. Por essa razão, procurou um advogado e o consultou sobre a possibilidade de o seu temor se concretizar e, conseqüentemente, vir a ser preso.

O advogado respondeu corretamente que, de acordo com a ordem constitucional brasileira, Pedro

(A) não poderia ser preso por dívida, qualquer que seja a origem da obrigação jurídica.

(B) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida de obrigação alimentícia.

(C) poderia ser preso apenas se não pagasse dívida de obrigação alimentícia, de modo voluntário e inescusável, ou fosse depositário infiel.

(D) poderia ser preso por dívida caso a condenação fosse imposta por autoridade jurisdicional e não fosse pago o respectivo valor no prazo estipulado.

(E) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida tributária ou qualquer outra que tenha como credor criança, adolescente ou idoso.

#### 8. FGV - 2022

A Constituição Federal de 1988 estabelece os direitos e as garantias fundamentais individuais e coletivos, descritos corretamente a seguir, **à exceção de um.**

Assinale-o.

(A) O Brasil, em regra, veda a pena de morte, mas a admite em caso de guerra externa declarada.

(B) A liberdade de consciência e de crença é inviolável sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos.

(C) A liberdade de expressão livre de censura permite a divulgação de opiniões agressivas à honra de terceiros, sem punição.

(D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mas se exige prévio aviso à autoridade competente.

(E) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

#### 9. FGV - 2022

Maria, servidora pública estadual com remuneração de 15 mil reais, necessita averbar seu tempo de contribuição na iniciativa privada junto ao órgão estadual onde está lotada. Necessita também cadastrar seu marido como seu beneficiário junto ao mesmo órgão.

A fim de esclarecer essas situações de interesse pessoal, requereu certidão de tempo de contribuição ao INSS, bem como requereu nova via de sua certidão de casamento junto ao delegatário do Registro Civil de Pessoas Naturais (cartório extrajudicial).

Diante desse cenário e à luz da Constituição Federal de 1988, Maria

(A) terá que recolher taxa para a expedição de ambas as certidões.

(B) terá que recolher taxa apenas para a expedição da certidão de tempo de contribuição pelo INSS.

(C) terá que recolher taxa apenas para a expedição de uma nova via de sua certidão de casamento.

(D) terá que requerer gratuidade para a expedição da certidão de tempo de contribuição pelo INSS, a ser concedida mediante ato discricionário do chefe da repartição.

(E) não terá que recolher taxa para a expedição das certidões.

#### 10. FGV - 2022

As lentas conquistas humanitárias ao longo dos séculos quanto aos tipos de penas aplicáveis às pessoas humanas tiveram influência sobre uma série de Constituições ao redor do mundo.

A esse respeito, no Brasil, à luz da Constituição Federal de 1988, analise os itens a seguir.

I. É absolutamente vedada a pena de morte.

II. É absolutamente vedada a condenação a pena de prisão perpétua.

III. É absolutamente vedada a pena de banimento.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

#### 11. FGV - 2022

Maria, jornalista, redigiu matéria a respeito dos escândalos de corrupção rotineiramente praticados em determinado ente federativo. Para tanto, detalhou as omissões dos agentes públicos no cumprimento dos seus deveres, os particulares beneficiados por esses atos e ainda as operações fraudulentas, realizadas junto a pessoas jurídicas cujos sócios eram familiares dos referidos agentes, com o objetivo de encobrir o repasse de recursos.

A matéria teve repercussão nacional, sendo certo que a sua elaboração somente foi possível em razão do fornecimento de informações por outros agentes públicos que tinham conhecimento dos fatos. Por essa razão, em uma investigação criminal conduzida pelo Ministério Público, Maria foi intimada a fornecer os dados dos agentes públicos que lhe forneceram as informações que subsidiaram a matéria.

À luz da ordem constitucional, em relação à requisição do Ministério Público, Maria

(A) está obrigada a atendê-la, considerando o interesse público envolvido.

(B) não está obrigada a atendê-la, considerando que pode resguardar o sigilo de sua fonte.

(C) está obrigada a atendê-la, considerando a liberdade de informação e a vedação ao segredo.

(D) está obrigada a atendê-la, considerando que a publicidade das fontes é essencial à credibilidade do jornalista.

(E) não está obrigada a atendê-la, mas apenas se tiver assumido um compromisso formal de sigilo junto aos agentes públicos que lhe forneceram as informações.

#### 12. FGV - 2023

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

(A) A educação, a saúde e a alimentação são os únicos direitos sociais expressamente mencionados pela Constituição Federal de 1988.

(B) O direito a uma renda básica familiar, garantida em programa permanente de transferência de renda pelo poder público, está expresso no texto constitucional a todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social.

(C) O direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, embora seja uma demanda contemporânea crescente, não está mencionado expressamente no texto constitucional.

(D) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais não possuem aplicação imediata.

(E) Para os reconhecidamente pobres, o registro civil de nascimento é gratuito, na forma da lei, mas a expedição da certidão de óbito depende do pagamento dos emolumentos cartorários.

### 13. FGV - 2023

Ana, pessoa sem formação jurídica, realizou uma pesquisa com o objetivo de compreender a funcionalidade dos direitos sociais no âmbito do Estado Democrático de Direito, mais especificamente em relação ao papel assumido pelo Estado.

Ao final de suas reflexões, concluiu que a funcionalidade desses direitos é a de:

(A) assegurar a liberdade individual;

(B) como regra, assegurar a fruição de determinadas prestações estatais;

(C) restringir a esfera jurídica do indivíduo em prol dos interesses da sociedade;

(D) atender aos anseios da coletividade, já que um direito dessa natureza jamais é fruído individualmente;

(E) impedir que haja rupturas na democracia, de modo que a sociedade sempre possa deliberar sobre o seu futuro.

### 14. FGV - 2022

João, que tinha muitas obrigações e grandes limitações de renda, foi informado que, por imperativo constitucional, todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social faria jus a uma renda básica familiar, conforme os requisitos de acesso determinados em lei. Ao se inteirar das características dessa renda, João concluiu corretamente que ela

(A) está inserida em programa permanente de transferência de renda, não estando condicionada pela legislação fiscal e orçamentária, isto por ter estatura constitucional.

(B) está inserida em programa temporário de transferência de renda, não estando condicionada pela legislação fiscal e orçamentária, por ter estatura constitucional.

(C) embora possa ser instituída pela legislação infraconstitucional, não tem qualquer previsão na Constituição da República.

(D) está inserida em programa permanente de transferência de renda, devendo ser observada a legislação fiscal e orçamentária.

(E) está detalhada na Constituição da República, não carecendo da legislação infraconstitucional para a integração do seu conteúdo.

### 15. FGV - 2022

Maria, servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e com ampla atuação nas questões afetas à sua categoria, conclamou os seus colegas a criar um sindicato visando à defesa dos seus interesses.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Maria e seus colegas

(A) não podem criar um sindicato, pois somente os servidores públicos federais possuem o direito de associação sindical.

(B) não podem criar um sindicato, pois é vedado aos servidores públicos a associação sindical.

(C) somente podem criar um sindicato a partir de autorização do regime jurídico da categoria.

(D) podem criar um sindicato, pois é assegurado aos servidores o direito à associação sindical.

(E) somente podem criar um sindicato a partir de autorização do seu superior hierárquico.

### 16. FGV - 2022

John, de nacionalidade norte-americana, devidamente autorizado pela autoridade competente, reside há mais de vinte anos no território brasileiro.

Interessado em obter a nacionalidade brasileira, procurou um(a) advogado(a) e o(a) questionou sobre os requisitos estabelecidos pela ordem constitucional para que isto viesse a ocorrer.

O advogado respondeu, corretamente, que John

(A) adquirirá tacitamente a nacionalidade brasileira pelo decurso do tempo.

(B) ao completar vinte e cinco anos residindo no território brasileiro, terá reconhecida tacitamente a nacionalidade brasileira.

(C) irá adquirir a nacionalidade brasileira quando preenchidos os demais requisitos objetivos previstos na Constituição Federal de 1988.

(D) é brasileiro nato, desde que não tenha saído do território brasileiro nesse período e não tenha condenação penal.

(E) pode requerer a nacionalidade brasileira, desde que não tenha condenação penal.

# NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

## 1. FGV - 2023

No dia de seu aniversário de 16 anos, Aline conheceu seu namorado, Gustavo. Quatro meses depois, quando Gustavo completou a maioridade civil, decidiu pedi-la em casamento. Os dois se casaram já no mês seguinte, com o consentimento dos pais de Aline. O casal viveu em harmonia nos primeiros meses, mas Aline acabou se envolvendo em um relacionamento extraconjugal que culminou no divórcio com Gustavo, semanas depois de terem completado um ano de casados. Já tendo experimentado um casamento e um divórcio aos 17 anos de idade, Aline decidiu seguir devagar com seu novo relacionamento afetivo e priorizar o seu futuro profissional. Por isso, matriculou-se em um curso profissionalizante oferecido por uma conceituada instituição privada de ensino. Tendo saído da casa de seus pais há mais de um ano, Aline nada comunicou a eles acerca dessa decisão.

Considerando as circunstâncias pessoais de Aline, é correto afirmar que a contratação da instituição de ensino por Aline é:

- (A) plenamente válida, independentemente de posterior ratificação do ato pelos pais da jovem;
- (B) anulável, mas produz efeitos enquanto não for pedida sua anulação, por ser a jovem relativamente incapaz;
- (C) inválida, tendo em vista a revogação da emancipação voluntária que fora concedida à jovem por seus pais;
- (D) válida, mas permanece ineficaz enquanto a jovem não adquirir a capacidade civil plena;
- (E) anulável, tendo em vista a cessação da causa de emancipação legal da jovem.

## 2. FGV - 2022

Aos 15 anos de idade, Valentina é uma jovem de enorme sucesso na Internet. Suas redes sociais reúnem milhões de seguidores e têm garantido um faturamento mensal médio de R\$ 100.000,00, suficientes para garantir a ela e aos seus pais uma vida de luxo. Recentemente, Valentina foi procurada por um fabricante de cosméticos que pretendia contratá-la para uma campanha publicitária.

De acordo com o direito civil brasileiro, é correto afirmar que, para celebrar este contrato validamente, Valentina:

- (A) precisa ser representada por seus pais, porque é absolutamente incapaz;
- (B) não precisa da representação de seus pais, porque tem economia própria;
- (C) precisa da anuência de seus pais, porque está investida de poderes de representação;
- (D) não precisa ser representada por seus pais, porque é pessoa pródiga;
- (E) não precisa da assistência de seus pais, porque tem discernimento pleno.

## 3. FGV - 2021

Três irmãos pretendem comprar juntos um automóvel: Caio, 20 anos, pessoa com leve deficiência mental; Joana, 16 anos, graduada em Turismo; e Natália, 17 anos, casada civilmente com Jorge.

Para a celebração do negócio, deve-se levar em conta que Caio, Joana e Natália são, respectivamente:

- (A) absolutamente capaz, absolutamente capaz e absolutamente capaz;
- (B) absolutamente incapaz, absolutamente capaz e absolutamente incapaz;
- (C) relativamente incapaz, relativamente incapaz e absolutamente incapaz;
- (D) absolutamente incapaz, absolutamente capaz e relativamente incapaz;
- (E) relativamente incapaz, absolutamente incapaz e absolutamente capaz.

## 4. FGV - 2021

De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/02), analise as afirmativas a seguir.

I. Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

II. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

III. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**5. FGV - 2020**

Maria, grávida de 5 meses, preocupa-se com a proteção dos direitos do seu futuro bebê. O marido de Maria, pai da criança, está hospitalizado em quadro de saúde gravíssimo e a relação de Maria com a família do seu marido não é harmoniosa.

A afirmação que melhor reflete a situação do nascituro é:

- (A) nascituro goza de proteção jurídica;
- (B) nascituro tem personalidade civil plena;
- (C) nascituro não é titular de direitos subjetivos;
- (D) embrião e nascituro têm o mesmo tratamento legal;
- (E) material genético humano congelado é um nascituro.

**6. FGV - 2019**

Vânia e Luiz são conviventes e genitores de Fabiana, que conta com dezesseis anos. Ante a independência financeira de Fabiana, conquistada em razão do ofício de influenciadora digital, Vânia e Luiz pretendem emancipá-la. Aproveitando a oportunidade, pretendem contrair matrimônio.

Para a regular produção de efeitos jurídicos dos atos, afirma-se que:

- (A) O casamento de Vânia e Luiz deve ser averbado no registro público e a emancipação de Fabiana, averbada.
- (B) O casamento de Vânia e Luiz deve ser registrado no registro público, assim como o eventual divórcio.
- (C) O casamento de Vânia e Luiz deverá ser registrado no registro público, diferente do nascimento de Fabiana que foi apenas averbado em registro público.
- (D) A emancipação de Fabiana ser registrado em registro público, assim como o casamento de Vânia e Luiz.
- (E) O casamento de Vânia e Luiz deverá ser averbado em registro público, assim como a emancipação de Fabiana.

**7. FGV - 2019**

Giovanna e Carla são filhas gêmeas de Anderson. Após acidente de trânsito, todos são levados ao hospital, mas falecem antes de chegar ao estabelecimento.

Durante a realização do laudo médico, para confecção de atestado de óbito, não foi possível declarar quem havia morrido primeiro.

Conforme esta situação, é correto afirmar que

- (A) O Código Civil presume que o pai morreu em momento anterior ao da filha que nasceu primeiro.
- (B) O Código Civil presume que as filhas morreram em momento anterior ao pai.
- (C) Sobre os casos em que duas ou mais pessoas morrem ao mesmo tempo, existe uma lacuna legislativa.
- (D) O Código Civil presume que o pai morreu em momento anterior ao da filha que nasceu primeiro.
- (E) Em razão do falecimento em uma mesma ocasião, sem que se possa verificar qual óbito precedeu ao outro, presumir-se-á simultaneidade de todos.

**8. FGV - 2019**

Rogério, 20 anos, é dependente químico e mantém, como endereço, a residência de seus pais. Nos últimos dois anos foi internado cinco vezes e sempre se retira da clínica após alguns dias de procedimento. Por muitas vezes sai durante semanas e não retorna à sua residência.

Quanto a Rogério, o Código Civil o qualifica como

- (A) relativamente incapaz, em razão de idade.
- (B) relativamente incapaz, pelo vício em tóxico.
- (C) plenamente capaz.
- (D) absolutamente incapaz, por falta de discernimento.
- (E) pródigo, e, portanto, relativamente incapaz.

**9. FGV - 2019**

Evandro atravessava uma avenida movimentada quando um ônibus em alta velocidade não respeitou o sinal de pedestre e chocou-se contra ele. Após cinco dias de internação, o médico comunicou à família de que o acidentado ficará, provavelmente, em estado de coma permanente, apesar do funcionamento da sua atividade cerebral.

Em razão disto, os pais de Evandro optam por transferi-lo para a casa deles, adaptando instalações para que seja possível mantê-lo ligado aos aparelhos que lhe mantém a vida.

Segundo o Código Civil, Evandro é considerado

- (A) relativamente incapaz.
- (B) absolutamente incapaz.
- (C) plenamente capaz.

- (D) naturalmente morto.  
(E) morto presumido.

**10. FGV - 2019**

Márcia encontra-se grávida de oito meses. Diante dos exames feitos e da constatação de que seu filho pertence ao sexo masculino, escolheu chamá-lo de Miguel.

Segundo o que diz o Código Civil quanto ao nascituro, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei resguarda os direitos de Miguel, ainda que venha a falecer durante a gravidez.  
(B) A personalidade civil de Miguel começa desde sua concepção.  
(C) A personalidade civil de Miguel se inicia desde a concepção, a partir de quando a lei também resguarda seus direitos.  
(D) A personalidade civil de Miguel se inicia a partir do nascimento com vida, mas a lei resguarda seus direitos desde a concepção.  
(E) A personalidade civil de Miguel começa apenas a partir do nascimento com vida, a partir de quando também são resguardados seus direitos.

**11. FGV - 2019**

Rodrigo e Beth, casados, são os pais de Pedro, que tem dezesseis anos, e moram em Salvador. Ainda com esta idade, Pedro obteve boa nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e foi admitido na Universidade Federal de Minas Gerais. Por essa razão, Rodrigo e Beth pretendem proporcionar ao filho maior liberdade na prática dos atos da vida civil.

Diante da situação apresentada, é possível afirmar que, segundo o Direito brasileiro,

- (A) Pedro é relativamente incapaz até completar os dezoito anos, inexistindo outra possibilidade de adquirir a plena capacidade civil que não a maioridade.  
(B) Rodrigo e Beth poderão conceder a Pedro a emancipação voluntária mediante instrumento público, adquirindo este último a plena capacidade civil.  
(C) a concessão da emancipação voluntária por Rodrigo e Beth dependerá de autorização judicial, mesmo que não haja qualquer discordância entre eles.  
(D) a única hipótese presente na lei que permite a Pedro emancipação e aquisição da plena capacidade será seu eventual casamento.  
(E) mesmo na hipótese de emancipação, Pedro continuará a ser relativamente incapaz.

**12. FGV - 2019**

Marcos, 29 anos, apresenta um quadro de bipolaridade controlado. Nessa situação, o Direito lhe confere

- (A) plena capacidade.  
(B) relativa incapacidade, sendo necessária sua assistência.  
(C) absoluta incapacidade, sendo necessária sua representação.  
(D) plena capacidade apenas para atos patrimoniais.  
(E) incapacidade adstrita a atos que afetem o seu patrimônio.

**13. FGV - 2019**

Heleno, que tem 13 anos, pretende comprar um *videogame* no valor de R\$ 3.000,00. Para isto, celebra contrato de compra e venda com Jorge, que tem 18 anos.

Sobre esta situação, quanto a Heleno, é **correto** afirmar que

- (A) a contratação é viável, em razão de sua plena capacidade civil.  
(B) a celebração do contrato apenas seria possível caso ele estivesse assistido por seus pais.  
(C) ele não pode celebrar este contrato, em razão de sua incapacidade absoluta.  
(D) ainda que representado por seus pais, ele não pode celebrar este contrato.  
(E) após os dezesseis anos, ele pode celebrar contratos, independentemente da intervenção de seus pais.

**14. FGV - 2019**

Bernardo encontrava-se no trânsito durante as chuvas torrenciais ocorridas em Salvador. No momento em que transitava pela avenida litorânea, houve forte deslizamento de terra, que atingiu quatro carros, dentre os quais estava o seu. Todos os veículos foram arrastados para o mar e, posteriormente, localizados pelo Corpo de Bombeiros. O evento resultou na morte dos motoristas de três carros. O corpo de Bernardo, contudo, não foi encontrado, permanecendo desaparecido mesmo após o encerramento das buscas.

Diante desta situação, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sem a localização do corpo de Bernardo, não há o fim de sua personalidade, que apenas se encerra com a prova da morte natural.  
(B) É possível declarar a morte presumida de Bernardo antes do fim das buscas.  
(C) A declaração de morte de Bernardo apenas poderá se realizar mediante decretação de ausência.

(D) Diante do caso apresentado, é possível reconhecer a morte natural de Bernardo.

(E) Pode ser declarada a morte presumida de Bernardo sem decreto judicial de ausência, ante a alta probabilidade do falecimento.

#### 15. FGV - 2019

Fernanda dirigia um automóvel acompanhada de seu cônjuge, Marcelo, quando colidiu frontalmente com outro veículo. Em razão da gravidade do acidente, ambos faleceram antes mesmo de chegar o auxílio médico.

Sobre a situação apresentada, segundo o Código Civil, assinale a afirmativa correta.

(A) Houve a morte presumida de ambos.

(B) Será necessária a decretação de ausência de Fernanda e Marcelo.

(C) Como ambos morreram em razão do mesmo acidente, presume-se que o de maior idade faleceu primeiro.

(D) Diante do falecimento em uma mesma ocasião, ocorre a comoriência.

(E) Não há norma no ordenamento brasileiro a respeito de morte simultânea.

#### 16. FGV - 2019

Walter é praticante de alpinismo e faz escaladas em encostas de grande altura pelo Brasil. Ao praticar esta atividade em Brotas, as cordas que seguravam Walter acabaram não suportando o peso de seu corpo e ele caiu, chocando a coluna contra uma pedra. Durante a internação, o médico, em contato com a família, explicou que Walter encontrava-se em coma, com todas as funções vitais ativas, e também o sistema nervoso. No entanto, advertiu seus parentes que a possibilidade de falecimento era grande e que, no mínimo, certamente a lesão o deixará paraplégico.

Quanto à situação de Walter, conforme o Código Civil, assinale a afirmativa correta.

(A) Ocorreu sua morte jurídica.

(B) Houve sua morte presumida.

(C) Encontra-se, por causa transitória, absolutamente incapaz.

(D) Encontra-se plenamente capaz, em razão da atividade de seu sistema nervoso.

(E) Manterá a capacidade relativa, enquanto estiver em coma.

#### 17. FGV - 2022

O edifício Boa Alvorada era uma construção antiga e bastante degradada no centro histórico de uma pequena cidade brasileira. Após quase um século de existência e sem receber nenhuma manutenção, uma falha na rede elétrica do edifício acarretou um incêndio de grandes proporções, que destruiu a construção em poucos minutos. Embora os bombeiros tenham sido acionados rapidamente, nenhum morador do edifício foi resgatado com vida. Terminadas as buscas por vítimas nos escombros, apenas um morador não foi localizado: Adalberto, um senhor de 70 anos de idade que morava sozinho no apartamento da cobertura. O porteiro do edifício, único sobrevivente da tragédia, afirmou que Adalberto quase nunca saía de casa e havia permanecido no seu apartamento no dia do incêndio. Desde aquela data, ninguém voltou a ter notícias de Adalberto.

Nessas circunstâncias, é correto afirmar que:

(A) embora tudo indique que Adalberto foi vitimado pelo incêndio, ele não pode ser juridicamente presumido como morto sem que seu corpo tenha sido localizado;

(B) Adalberto pode ser presumido como morto a pedido de seus familiares, mas apenas dois anos após a data em que terminaram as buscas por sobreviventes do incêndio;

(C) embora a morte presumida de Adalberto possa ser declarada judicialmente, a abertura de sua sucessão provisória não ocorrerá sem que seu corpo tenha sido localizado;

(D) Adalberto pode ser presumido como morto tão logo esgotadas as buscas por sobreviventes, não se exigindo a decretação judicial de sua ausência;

(E) Adalberto deve ser declarado ausente a pedido de seus herdeiros presumidos ou de qualquer interessado, o que permitirá a imediata abertura de sua sucessão definitiva.

#### 18. FGV - 2022

Viriato é membro da Associação Brasileira de Amantes da Literatura Atual, uma associação civil de fins educacionais e culturais. Certa vez, Viriato desentendeu-se com os gestores da associação, ocasionando uma acalorada discussão. A briga, felizmente, foi interrompida por outros associados antes que os envolvidos ingressassem em vias de fato. Dias depois, Viriato foi surpreendido com uma notificação formal, comunicando-lhe que, após deliberação do Conselho Administrativo, ele havia perdido a qualidade de associado da pessoa jurídica e não podia mais frequentar a sede desta ou participar de qualquer de suas atividades.

# NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

## 1. FGV - 2023

A respeito dos princípios constitucionais aplicáveis ao Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O juiz pode decidir em primeiro grau com base em fundamento fático que as partes não tiveram a oportunidade de se manifestar.
- (B) A ampla defesa torna obrigatória a assistência por advogado em todo e qualquer processo, como é o caso dos processos administrativos disciplinares e do *habeas corpus*.
- (C) Diversamente dos princípios do contraditório e da ampla defesa, o devido processo legal não é exigido nos processos administrativos, os quais obedecem à inquisitorialidade.
- (D) O princípio do juiz natural veda a criação de juízes e tribunais de exceção, sem exigir, todavia, que as regras a respeito da fixação de competência sejam anteriores ao ajuizamento da ação.
- (E) O contraditório pode ser diferido em situações excepcionais, presentes razões relevantes que assim justifiquem e em ponderação com outros interesses, sem ofensa à efetividade de tal direito.

## 2. FGV - 2023

No julgamento de um processo perante o Tribunal de Contas do Estado, em que se julgaram incorretas as contas prestadas por um agente público, foi, ao final, imputada a este a obrigação do pagamento do débito apurado.

Sabendo-se que foi observado o devido processo legal, com respeito ao contraditório e à ampla defesa, é correto afirmar sobre o referido processo que:

- (A) sua atividade é jurisdicional, sendo suas decisões acobertáveis pelo manto da coisa julgada material;
- (B) sua atividade é jurisdicional, sendo suas decisões não acobertáveis pelo manto da coisa julgada material;
- (C) há atividade administrativa, sendo a Corte de Contas órgão auxiliar da estrutura do Poder Judiciário brasileiro;
- (D) não há atividade jurisdicional, mas eminentemente administrativa e fiscalizatória, não podendo sua legalidade se submeter ao crivo do Poder Judiciário;

(E) não há atividade jurisdicional, mas eminentemente administrativa e fiscalizatória, podendo sua legalidade se submeter ao crivo do Poder Judiciário.

## 3. FGV - 2023

O atual Código de Processo Civil dedica alguns artigos ao que denominou Normas Fundamentais do Processo, demonstrando, inclusive, o fenômeno da constitucionalização do direito processual.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) o processo civil rege-se pelo princípio dispositivo e o processo começa e se desenvolve apenas por iniciativa da parte;
- (B) sob pena de malferir o princípio da imparcialidade, o juiz não deve apontar às partes eventuais deficiências formais do processo para permitir as devidas correções;
- (C) embora as partes tenham o direito de obter em prazo razoável a solução integral do processo (CPC, Art. 4º), nosso direito processual civil não admite o contraditório diferido;
- (D) a proibição de decisão surpresa, conforme previsto no Art. 10 do Código de Processo Civil, não se aplica quando a matéria sobre a qual o juiz deva decidir seja de ordem pública ou possa ser conhecida de ofício;
- (E) ao alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu, em sintonia com os princípios da primazia da decisão de mérito, da cooperação e da boa-fé processual, indicar, sempre que tiver conhecimento, o sujeito passivo da relação jurídica discutida.

## 4. FGV - 2023

É obrigação de todos os sujeitos processuais agirem em cooperação entre si e com o julgador, o que:

- (A) revela o conteúdo jurídico do princípio da razoável duração do processo;
- (B) permite não cumprir decisões judiciais que lhes são desfavoráveis;
- (C) corrobora o dever de expor os fatos em juízo conforme a verdade;

- (D) garante a interposição de recursos, inclusive de intuito manifestamente protelatório;  
 (E) impede a apresentação de questionamentos à decisão judicial.

#### 5. FGV - 2023

Sobre os princípios reguladores do processo civil, é correto afirmar que:

- (A) são mandados de otimização e normalmente devem ser ponderados com outros, não sendo previstos de forma expressa no Código de Processo Civil;  
 (B) a ampla defesa é um princípio típico de direito material, já que garante ao acusado a chance de provar sua inocência, não apresentando muita relevância no âmbito do processo;  
 (C) a isonomia processual é um princípio com fonte constitucional que garante às partes paridade de tratamento no âmbito do processo;  
 (D) o princípio do devido processo legal não foi previsto expressamente no Código de Processo Civil vigente e por isso não é aplicado em processos que tramitam pelo procedimento comum;  
 (E) a duração razoável do processo garante uma solução em tempo adequado a todas as demandas, porém, não se aplica ao cumprimento de sentença.

#### 6. FGV - 2023

A possibilidade, prevista no Código de Processo Civil, de o juiz deferir, no início do processo, o requerimento de tutela provisória de urgência formulado pelo autor, sem a prévia oitiva do réu, é um corolário lógico do princípio do(a):

- (A) contraditório;  
 (B) inércia;  
 (C) devido processo legal;  
 (D) juiz natural;  
 (E) inafastabilidade do controle jurisdicional.

#### 7. FGV - 2023

“Hoje, o contraditório ganhou uma projeção humanitária muito grande, sendo, provavelmente, o princípio mais importante do processo. Ele é um megaprincípio que, na verdade, abrange vários outros e, nos dias atuais, não se satisfaz apenas com uma audiência formal das partes, que é a comunicação às partes dos atos do processo, mas deve ser efetivamente um instrumento de participação eficaz das partes no processo de formação intelectual das decisões e de cooperação entre todos os sujeitos do

processo (Código de Processo Civil 2015, art. 6º).” (GRECO, Leonardo. *Instituições de Processo Civil*, vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 514).

Com base na garantia fundamental do contraditório humano e participativo, expressa no texto acima, é correto afirmar que:

- (A) a regra de que o contraditório é eficaz e sempre prévio é excepcionada apenas pela possibilidade de deferimento de tutelas provisórias de urgência e da evidência;  
 (B) em consonância com o princípio da cooperação processual, é indispensável ao reconhecimento da deserção que o juiz intime a parte para regularizar o preparo, especificando qual equívoco deverá ser sanado;  
 (C) considerando a posição de sujeição do executado aos atos executórios, o contraditório é mitigado na execução, permitido seu exercício excepcional através da impugnação ou dos embargos;  
 (D) o juiz pode decidir, no primeiro grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício;  
 (E) regularmente citado e decretada a revelia do réu na fase de conhecimento, não é necessária a intimação do executado, sem advogado constituído nos autos, na fase de cumprimento de sentença por intermédio de carta com Aviso de Recebimento.

#### 8. FGV - 2023

O Código de Processo Civil dedicou capítulo próprio para tratar das normas fundamentais do processo civil. Mais do que meras diretrizes interpretativas, as normas fundamentais possuem força cogente e repercutem na aplicação de diversos institutos processuais.

A respeito do tema, é correto afirmar que

- (A) a boa-fé processual impõe às partes o dever de adotar comportamento ético e leal no curso do processo, tratando-se de irradiação do princípio da boa-fé objetiva, oriundo do Direito privado.  
 (B) o dever de fundamentação das decisões judiciais impede o uso da fundamentação per relationem, a qual é refutada pelo Superior Tribunal de Justiça após o advento do CPC de 2015.  
 (C) em razão da obrigatoriedade da observância da ordem cronológica de conclusão, juízes e tribunais, em nenhuma hipótese poderão proferir decisões que não sigam tal ordem, sob pena de nulidade da decisão e responsabilização administrativa e civil do magistrado prolator.

(D) conquanto se trate de direito fundamental, a duração razoável do processo não foi reaplicada expressamente como norma fundamental do processo civil, pelo que sua aplicação é restrita aos processos de natureza penal.

(E) em nome do contraditório prévio, ressalvadas as matérias sobre as quais pode decidir de ofício, é vedado ao magistrado decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar.

#### 9. FGV - 2022

Recebendo uma petição inicial, cujo objeto é uma questão exclusivamente de direito, no qual o tema já está pacificado nos tribunais superiores no sentido contrário ao pretendido pela parte autora, o juiz, não obstante ser seu juízo incompetente para a causa, julgou liminarmente improcedente o pedido.

Nesse cenário, o juiz agiu de forma:

- (A) correta, em razão do princípio da celeridade processual;
- (B) incorreta, uma vez que violou o princípio do juiz natural;
- (C) correta, em respeito ao princípio do devido processo legal;
- (D) incorreta, em violação ao princípio do contraditório;
- (E) incorreta, em desrespeito ao princípio da ampla defesa.

#### 10. FGV - 2022

No ano de 2021, conforme dados do “Relatório Justiça em Números”, do CNJ, o Poder Judiciário encerrou o ano com 77,3 milhões de processos em tramitação. Entre as soluções apontadas para redução desse estoque de litigiosidade inclui-se o uso de outros meios adequados de solução de controvérsias, tais como a conciliação, a mediação e a arbitragem.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) É dever do Estado promover a solução consensual dos conflitos, quer na posição de parte, quer na posição de Estado-administração. É o que ocorre, a título de exemplo, por meio da criação de centros judiciários de solução consensual de conflitos no âmbito dos tribunais.
- (B) A conciliação e a mediação são mecanismos por meio dos quais se busca que as próprias partes em litígio cheguem a solução do conflito, diferenciando-se

quanto ao papel que o conciliador e o mediador possuem, pois esse último pode arbitrar uma solução para o caso.

(C) O árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou homologação pelo Poder Judiciário, podendo, porém, ser objeto de recurso extraordinário para controle de ofensa à Constituição.

(D) A conciliação, a mediação e a arbitragem são meios consensuais de solução de conflitos passíveis de utilização tão somente por pessoas físicas e jurídicas de direito privado, inexistindo autorização legal para que a Administração Direta, Autárquica e Fundacional possa deles se valer.

(E) A sentença arbitral detém eficácia de título executivo judicial, podendo ser objeto de cumprimento perante o juízo arbitral, que possui todos os poderes executivos de um magistrado do Judiciário.

#### 11. FGV - 2019

Segundo o vigente Código de Processo Civil, o juiz proferirá as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias, bem como poderá, nas causas que dispensem a fase instrutória, e independentemente de citação do réu, julgar liminarmente improcedente o pedido, se verificar, desde logo, a ocorrência de prescrição ou decadência.

Trata-se de regras processuais que encerram a aplicação do princípio constitucional do(a):

- (A) livre acesso à justiça;
- (B) juiz natural;
- (C) isonomia;
- (D) ampla defesa;
- (E) duração razoável do processo.

#### 12. FGV - 2019

Constitui uma exceção à característica inerte da jurisdição:

- (A) ação possessória tendo por objeto bem público;
- (B) *habeas data*;
- (C) restauração de autos;
- (D) ação popular;
- (E) mandado de injunção.

**13. FGV - 2023**

Determinado contribuinte ingressou em juízo, mediante ação ordinária, em face do Estado de Minas Gerais, requerendo o reconhecimento do direito à compensação tributária sobre operações sujeitas a incidência de ICMS.

Acerca do caso acima narrado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A petição inicial deve ser indeferida, pois o processo civil brasileiro não admite a ação meramente declaratória; alternativamente, poderá o juiz determinar a emenda à inicial para que o contribuinte inclua pedido condenatório.
- (B) Diante da natureza meramente declaratória da ação proposta pelo contribuinte, o contraditório poderá ser dispensado, conforme previsão expressa do Código de Processo Civil, podendo o juiz, após o juízo de admissibilidade positivo da petição inicial, proferir sentença desde logo.
- (C) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade, sendo certo que o interesse processual pode se limitar à declaração da existência de uma relação jurídica.
- (D) As ações declaratórias admitem substituição processual, hipótese em que o substituído poderá intervir no processo na qualidade de assistente simples.
- (E) O reconhecimento do direito à compensação tributária possui natureza mandamental, à luz da classificação das espécies de ação.

**14. FGV - 2023**

Maria procurou a Defensoria Pública, afirmando que seu marido João é infiel e a agride de forma habitual. Por isso, pretende dissolver seu casamento. Todavia, não quer discutir em juízo a infidelidade de seu marido, mas pretende que seja ajuizada uma ação de separação judicial.

Dentre as opções abaixo, a que revela corretamente os elementos objetivos da ação a ser proposta é:

- (A) João e Maria e infidelidade;
- (B) separação judicial e violência doméstica;
- (C) infidelidade e violência doméstica;
- (D) separação judicial e infidelidade;
- (E) João e Maria e violência doméstica.

**15. FGV - 2023**

Conceitualmente, a ação é o direito público, autônomo, subjetivo e abstrato à tutela jurisdicional. Outrossim, dado o princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto no Art. 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988, nenhuma ameaça ou lesão a direito ficará imune à apreciação do Poder Judiciário.

Sobre o direito de ação, o acesso à justiça e os pressupostos processuais, é correto afirmar que

- (A) em razão de sua natureza absoluta, o exercício abusivo do direito de ação não autoriza a responsabilização do litigante que agir dolosa e abusivamente com vistas a prejudicar a parte adversa.
- (B) verificada a ausência de quaisquer pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, o juiz deverá extinguir o processo com resolução do mérito.
- (C) a inafastabilidade de jurisdição impede a criação de óbices legais ou jurisprudenciais à submissão de determinada matéria ao Poder Judiciário em todo e qualquer caso, como é a hipótese dessas questões desportivas e das ações previdenciárias.
- (D) pela teoria da asserção, as condições da ação são examinadas a partir das afirmações feitas pelo autor em sua petição inicial.
- (E) Pela teoria eclética da ação, defendida por Liebman, o direito de ação somente existe se o direito material defendido por meio do processo também existir, caso contrário, não haverá exercício do direito de ação, tampouco, processo instaurado de maneira válida perante o Poder Judiciário.

**16. FGV - 2022**

Antônia, civilmente capaz, inconformada com as farras provas das agressões que sua filha Maria sofre de seu genro Paulo, com quem Maria é casada, propõe ação de divórcio em face deste, por intermédio de seu procurador constituído nos autos, para dissolver o casamento de sua filha.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) Antônia tem legitimidade ordinária para a propositura da ação de divórcio;
- (B) Antônia tem legitimidade extraordinária para a propositura da ação de divórcio;
- (C) falta uma das condições para o legítimo exercício do direito de ação;
- (D) falta a capacidade postulatória para que Antônia ajuíze a ação de divórcio;
- (E) o juiz deve julgar desde logo procedente o pedido, uma vez que há provas do fato.

# NOÇÕES DE DIREITO PENAL

## 1. FGV - 2024

O Estatuto da Criança e do Adolescente é a lei especial em vigor.

De acordo com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, avalie as afirmativas a seguir.

I. Os direitos do ECA se aplicam a todas as crianças e adolescentes sem discriminação de nascimento, situação familiar, sexo, raça, etnia ou cor, condição econômica, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

II. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

III. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de discriminação, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

## 2. FGV - 2023

Um marco importante na instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente é a concepção que considera a criança e o adolescente como:

- (A) pequenos adultos;
- (B) indivíduos biologicamente incompletos;
- (C) pessoas demandantes de vínculos familiares;
- (D) sujeitos de direitos;
- (E) identidades em construção.

## 3. FGV - 2023

De acordo com Art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente, nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Considera-se como negligência dos pais com relação aos filhos:

- (A) o trabalho de crianças em condições insalubres;
- (B) o descumprimento da obrigação de matricular na escola;
- (C) a falta ou a carência de recursos materiais para a nutrição adequada;
- (D) a aplicação de castigos físicos imoderados;
- (E) o acolhimento institucional de crianças ou adolescentes.

## 4. FGV - 2023

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 4º, diz que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A referida prioridade compreende

- (A) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- (B) manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.
- (C) acesso à escola pública no mesmo estabelecimento que os irmãos que frequentem.
- (D) estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas restrições legais.
- (E) tramitação os processos de adoção em que o adotando for pessoa com deficiência.

**5. FGV - 2023**

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, representou um divisor de águas na cidadania de crianças e adolescentes no Brasil. De acordo com o desta lei, analise as afirmativas a seguir.

I. Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à amamentação.

II. A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação.

III. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

IV. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares deverão fornecer declaração de nascimento sem informações sobre intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.

V. Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão direitos e qualificações diferenciadas, ainda que sejam proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) II, III, IV e V, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) III, IV e V, apenas.
- (E) I, III e V, apenas.

**6. FGV - 2023**

*Crianças e adolescentes têm os mesmos direitos humanos gerais que os adultos e também direitos específicos que reconhecem suas necessidades especiais. As crianças e os adolescentes não são propriedade de seus pais nem são objetos indefesos de caridade. Eles são seres humanos e são sujeitos de seus próprios direitos.*

*Adaptado de UNICEF. Os direitos das crianças e dos adolescentes e por que eles são importantes. Site.*

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o direito específico à Liberdade compreende os seguintes aspectos, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) opinião e expressão.
- (B) buscar refúgio, auxílio e orientação.
- (C) brincar, praticar esportes e divertir-se.

- (D) participar da vida política, na forma da lei.
- (E) optar por *homeschooling* ou escola pública.

**7. FGV - 2023**

Adriana dá à luz criança do sexo masculino, informando à equipe técnica do hospital que deseja entregar o filho em adoção e que gostaria que o nascimento da criança fosse mantido em sigilo. A genitora é encaminhada à Vara da Infância e Juventude para atendimento.

Considerando o disposto na Lei nº 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que:

- (A) é vedado pelo ECA o sigilo quanto ao nascimento nas hipóteses de entrega voluntária em adoção;
- (B) a atitude de Adriana pode tipificar crime de abandono de incapaz, que deverá ser devidamente apurado;
- (C) é assegurado aos genitores o direito de arrependimento em relação à entrega voluntária para adoção;
- (D) o consentimento com a adoção dado por escrito sempre terá validade, independentemente da realização da audiência de ratificação;
- (E) na audiência de ratificação da entrega voluntária, é desnecessária a assistência à genitora por advogado ou defensor público.

**8. FGV - 2023**

A mãe de Joaquim, criança com necessidades especiais, requereu acompanhamento por professor especializado em atendimento de pessoas com deficiência à escola-creche pública municipal em que o filho estuda. A escola-creche, no entanto, alegou carência de tais profissionais, porque o custo muito alto impedia que a municipalidade os contratasse.

Ao consultar você, como advogado(a), a genitora recebeu a seguinte orientação.

- (A) A criança tem direito à educação, não se inserindo nesse plexo, porém, o direito individual e específico de acompanhamento especializado.
- (B) Joaquim deve ter acesso à educação com metodologia especial, não significando, porém, que seja mandatória a presença de profissional especial.
- (C) A atenção especial por profissional especializado é devida a Joaquim, não sendo oponível a dificuldade orçamentária declarada pela municipalidade.
- (D) O ensino especializado é devido nas condições em que a entidade for capaz, não sendo obrigatória a presença de profissional especificamente capacitado, em razão da aplicabilidade da reserva do possível.

**9. FGV - 2023**

Uma plataforma de rede social suspendeu a conta de um adolescente de 13 anos de idade que postava conteúdo de publicidade paga porque considerou haver violação aos termos do serviço que contém cláusula de proibição de trabalho infantojuvenil, embora a criação da conta tenha sido autorizada pelos representantes legais.

A decisão da rede social é:

- (A) incorreta, porque houve autorização dos representantes legais;
- (B) incorreta, porque não existe proibição para postagens de publicidade no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990);
- (C) correta, desde que os termos do serviço autorizem a criação de perfis para pessoas de 14 anos de idade ou mais;
- (D) correta, porque a situação constitui trabalho infantil, vedado pelo Art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990);
- (E) incorreta, porque, além da autorização dos representantes legais, faltou a autorização judicial.

**10. FGV - 2024**

Com vistas a aprimorar as políticas públicas locais voltadas para efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes, o Secretário do Município Delta, responsável pela respectiva pasta, buscou informações acerca das peculiaridades da respectiva política de atendimento no âmbito da Lei nº 8.069/1990 e suas linhas de atuação, vindo a concluir corretamente que

- (A) entre as linhas de atuação da política de atendimento não pode ser enquadrado serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos.
- (B) a política de atendimento em questão tem como principal linha de atuação a promoção de serviços especiais de prevenção e atendimento médico às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão, independente do aspecto psicossocial.
- (C) apesar de assegurada pela norma em questão, a proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente não é mencionada como linha de atuação da política de atendimento em cotejo.
- (D) a política de atendimento em tela far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não abarcando as ações não governamentais.

(E) as campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos, constituem uma das linhas de atuação da política de atendimento em tela.

**11. FGV - 2023**

A entidade governamental *Casa dos Anjos*, destinada a programa de internação de adolescentes em conflito com a lei, recebeu inspeção de fiscalização por parte do Ministério Público.

Nesta visita, restou constatado que a instituição não dispunha de diversos elementos essenciais para a manutenção condigna dos adolescentes sujeitos à medida socioeducativa, inexistindo, por exemplo, cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos adequados.

Com base nos fatos acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) Poderá ser interrompido o repasse de verbas públicas para a entidade, enquanto ela não sanar as irregularidades.
- (B) Poderá ser determinado o afastamento temporário dos dirigentes da Casa dos Anjos.
- (C) Poderá haver a cassação do registro da instituição em questão.
- (D) Tratando-se de entidade governamental, não há medidas sancionatórias específicas cabíveis.

**12. FGV - 2024**

A adolescente Leandra encontra-se em uma entidade responsável por programa de acolhimento institucional.

De acordo com o ECA, imediatamente após o acolhimento, essa instituição deverá, sob a responsabilidade da equipe técnica, elaborar um plano individual de atendimento, do qual deverá constar:

- (A) o diagnóstico psicossocial;
- (B) o relatório de desenvolvimento escolar, se houver;
- (C) os compromissos assumidos pelos pais ou responsável;
- (D) o prontuário com as infrações cometidas pelo adolescente.
- (E) o parecer do Conselho Tutelar justificando a necessidade de acolhimento.

**13. FGV - 2023**

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90, é correto afirmar que

- (A) um adolescente de 14 (quatorze) anos que pratica vias de fato contra alguém, conduta tipificada na Lei de Contravenções Penais, não comete ato infracional.
- (B) são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei, salvo quando emancipados, a partir de dezesseis anos, passando a adquirir imputabilidade criminal.
- (C) é vedada a internação do adolescente antes do trânsito em julgado da sentença.
- (D) o adolescente civilmente identificado não será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.

**14. FGV - 2023**

Os irmãos Ana e Frederico têm 7 e 5 anos de idade, respectivamente, e foram encontrados sozinhos, após denúncias de vizinhos, tendo sido acionado o Conselho Tutelar da localidade de sua casa. O conselheiro tutelar José aplicou a medida protetiva de acolhimento institucional dos irmãos.

Segundo os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, José:

- (A) não deveria ter procedido dessa forma, pois essa atribuição é exclusiva do juiz de Infância;
- (B) agiu corretamente, pois essa é uma das atribuições do Conselho Tutelar;
- (C) deveria ter acionado o Ministério Público, que faria a promoção para o acolhimento;
- (D) precisaria ter falado com a família biológica antes para saber as razões de seu abandono;
- (E) deveria ter acionado a rede escolar para saber se as crianças frequentavam à escola.

**15. FGV - 2023**

Lucas, adolescente de 15 anos, pratica ato infracional análogo ao crime de furto, sendo-lhe aplicada pelo magistrado a medida socioeducativa de liberdade assistida, observado o princípio do devido processo legal. Tendo em vista a situação sociofamiliar vivenciada por Lucas, o juiz também aplica as medidas protetivas de matrícula em estabelecimento de ensino e encaminhamento para tratamento ambulatorial em razão do uso de drogas junto ao CAPSi do Município. Ao final da audiência em continuação, o juiz encaminha ofício ao Conselho Tutelar, determinando que providencie as medidas de proteção aplicadas ao adolescente.

Considerando o disposto na Lei nº 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que:

- (A) a determinação judicial ao Conselho Tutelar fere a autonomia do órgão, sendo, portanto, ilegal;
- (B) não é cabível a cumulação de medidas socioeducativas e protetivas, ante a ausência de previsão legal;
- (C) caso não concorde com as medidas protetivas aplicadas pelo magistrado, o Conselho Tutelar, no exercício de sua autonomia, poderá substituí-las por outras mais adequadas;
- (D) é atribuição legal do Conselho Tutelar providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária para o adolescente autor de ato infracional;
- (E) o Conselho Tutelar deverá representar ao Ministério Público, pois a determinação judicial em questão fere a autonomia do órgão.

**16. FGV - 2023**

Carlos e Joana, pais da criança Paula, estão dissolvendo sua união estável, ainda sem judicialização, detendo Joana a guarda de fato de Paula enquanto não regularizados os regimes de visitação ou compartilhamento da guarda.

Por razões profissionais, Carlos mudou-se para o município contíguo ao da residência de Joana e Paula. Ocorre que Carlos, estando insatisfeito com algumas decisões de Joana sobre a vida da criança, e não mais conseguindo ajustar amistosamente tais questões, precipitou o ajuizamento de processo para regulamentação da guarda e pensionamento, no Juízo da comarca em que está residindo.

Joana procura você, como advogado(a), para representá-la, reclamando de ter que se defender em outra cidade.

Com base no enunciado acima, sobre a questão da competência, assinale a orientação que você, corretamente, daria à Joana.

- (A) O juízo da residência de Carlos é tão competente quanto o da residência de Joana, eis que apenas quando da definição da guarda – que é o que se está pretendendo – a competência passa a ser do foro do guardião judicialmente definido.
- (B) A competência para este processo de regulamentação de guarda e pensão incumbe ao Juízo da comarca de residência de Paula, e não de Carlos, pois a guarda de fato já basta para tal fixação.
- (C) A competência será sempre definida em razão daquele que primeiro postular judicialmente a regulamentação da guarda.
- (D) A guarda é irrelevante para fins de determinação da competência, devendo ser processado o feito em razão do melhor interesse da criança, seja qual for o foro inicialmente escolhido.

# NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

## 1. FGV - 2024

*“Devido à disputa entre as autoridades do Rio de Janeiro e de Vila Rica pela competência para julgar os sediciosos, a rainha, D. Maria I, determinou, através da Carta Régia de 17.07.1790, a composição de uma Alçada, na qual Desembargadores de Lisboa eram os responsáveis pelo julgamento. Após a oitiva dos vinte e nove réus, seguiu-se o prazo de cinco dias para defesa.*

*Os réus argumentaram que não cometeram crime algum, porquanto o movimento fora abortado, ainda em seu início, com a suspensão da Derrama. Apesar disso em 18 de abril de 1792, foi publicada a sentença pela Alçada, condenando onze réus à morte (na prática dez, porque Cláudio Manuel da Costa se “suicidara” no cárcere), e outros participantes receberam penas menores como açoites e o degredo eterno.”*

*(A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito. Ensaio elaborado por Andréa Vanessa da Costa Val, Assessora da Memória do Judiciário Mineiro, e por Carine Kely Rocha Viana, sob a supervisão do Superintendente, Desembargador Hélio Costa. Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 59, nº 187, p. 13-18, out./dez. 2008)*

Sobre os sistemas processuais penais e os princípios do processo penal no âmbito do processo mencionado pelo texto (julgamento de Tiradentes), é correto afirmar que o sistema processual então vigente apresentava traços mais característicos do sistema

- (A) inquisitivo, e o princípio do juiz natural não foi observado, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (B) acusatório, e o princípio da ampla defesa não foi observado, o que se pode inferir do texto apresentado.
- (C) misto, e os princípios fundamentais do processo penal foram observados, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (D) inquisitivo, e não é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.
- (E) acusatório, e é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.

## 2. FGV - 2024

João ingressou com uma queixa-crime, no contexto das ações penais de iniciativa privada, em face de Jonatas, ao argumento de que o último o teria injuriado. Nada obstante, no curso da persecução penal em juízo, João perdou o querelado, com a aceitação do último. Com efeito, houve a extinção de punibilidade e o encerramento do processo.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o perdão de João, no curso da relação processual, é uma manifestação do princípio da

- (A) oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada.
- (B) transcendência da ação penal de iniciativa privada.
- (C) disponibilidade da ação penal de iniciativa privada.
- (D) divisibilidade da ação penal de iniciativa privada.
- (E) oficialidade da ação penal de iniciativa privada.

## 3. FGV - 2024

Acerca dos princípios reitores do processo penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Como corolário do princípio da ampla defesa, é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso a todos elementos de prova, já documentados ou não, no procedimento investigatório conduzido pela polícia judiciária.
- (B) O princípio do juiz natural inviabiliza que a pena cumprida no estrangeiro exclua ou reduza a pena a ser cumprida no Brasil, ainda que se trate do mesmo fato criminoso.
- (C) Embora não seja absoluto, o princípio da identidade física consiste no mandamento de que o juiz que presidiu a instrução deverá, a princípio, proferir a sentença.

(D) Como decorrência do princípio do contraditório, pode-se afirmar que tanto a falta de defesa quanto sua deficiência ensejam a nulidade absoluta do processo, independentemente da prova de prejuízo para o réu.

(E) Embora vigente o princípio de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, o exercício do direito de permanecer em silêncio não impede que o juiz considere esta circunstância em prejuízo do réu na sentença.

#### 4. FGV - 2023

Acerca dos sistemas processuais penais e a legislação processual penal brasileira interpretada pelos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

(A) A adoção do sistema acusatório no direito brasileiro advém da legislação adjetiva penal, que em sua redação original demonstrava a opção pelo sistema acusatório puro.

(B) O sistema acusatório se caracteriza pela separação entre as funções de acusador e julgador, podendo haver, acidentalmente, a proibição de produção de provas de ofício pelo magistrado.

(C) O sistema adversarial é sinônimo de sistema acusatório puro, e se caracteriza pela separação absoluta entre acusação e órgão julgador.

(D) A Jurisprudência do STF é no sentido de que o sistema inquisitivo adotado no Brasil torna inadmissível a decretação da prisão preventiva, de ofício, pelo magistrado.

(E) É compatível com o sistema acusatório adotado no Brasil a requisição, pelo Magistrado, de indiciamento do acusado, desde que realizada após o recebimento da denúncia.

#### 5. FGV - 2023

João, após ser condenado em diversos processos criminais, com sentenças transitadas em julgado, pela prática de crimes contra o patrimônio, veio a falecer. João fora condenado a penas (1) privativas de liberdade e de (2) prestação de serviços à comunidade, bem como a (3) ressarcir os danos que causara aos lesados. Em razão desse quadro, seus herdeiros ficaram preocupados com a possibilidade de terem de cumprir as penas aplicadas a João e ainda não cumpridas.

Ao procurarem a orientação de um advogado, foi corretamente informado aos herdeiros, considerando as três medidas impostas a João, que:

(A) somente podem vir a cumprir as medidas 2 e 3;

(B) somente podem vir a cumprir a medida 3;

(C) somente podem vir a cumprir a medida 1;

(D) não devem arcar com nenhuma delas;

(E) devem arcar com todas elas.

#### 6. FGV - 2023

João ingressou em um ônibus e, mediante grave ameaça, consubstanciada no emprego de arma de fogo, exigiu a entrega dos telefones celulares dos passageiros.

Ato contínuo, João se evadiu, vindo a ser capturado em flagrante por policiais que realizavam patrulhamento de rotina na região.

Após os fatos, João foi encaminhado à Delegacia de Polícia, onde manifestou o desejo de ser informado sobre o nome dos policiais que lhe prenderam. Nesse cenário, considerando as disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal, é correto afirmar que:

(A) a prisão de João deverá ser comunicada ao juiz competente, à família do preso ou à pessoa por ele indicada e à seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para o exercício do contraditório e da ampla defesa;

(B) a prisão de João deverá ser comunicada ao juiz competente, à família do preso ou à pessoa por ele indicada e à Defensoria Pública, no prazo de 24 horas, para o exercício do contraditório e da ampla defesa;

(C) João tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, desde que assine termo de compromisso de manter a informação sob sigilo;

(D) a prisão de João deverá ser comunicada imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

(E) João não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, considerando o caráter inquisitorial do inquérito policial.

#### 7. FGV - 2023

Levando-se em conta os princípios constitucionais que regem o processo penal brasileiro, corresponde ao que a doutrina brasileira nomeou de “garantismo penal integral”:

(A) a prevalência do direito das vítimas sobre os direitos fundamentais do réu;

(B) o processo penal ter como exclusiva função servir de proteção ao réu contra abusos do Estado;

(C) uma oposição à teoria do garantismo desenvolvida por Ferrajoli, que defende o abolicionismo penal;

(D) os princípios penais e processuais penais serem interpretados de modo a favorecer a condenação de culpados, mesmo que exista violação de direitos fundamentais;

(E) o reconhecimento de que no processo penal deve existir o equilíbrio entre os direitos fundamentais do réu e da vítima, bem como os interesses da sociedade.

#### 8. FGV - 2023

João é investigado pela suposta prática do crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, perseguível mediante ação penal pública incondicionada. Preenchidos os requisitos legais, o Ministério Público celebrou, com João, Acordo de Não Persecução Penal, devidamente homologado pelo juízo competente, na persecução penal pré-processual.

Nesse cenário, se caracteriza exceção ao seguinte princípio da ação penal pública:

- (A) intranscendência;
- (B) indisponibilidade;
- (C) obrigatoriedade;
- (D) indivisibilidade;
- (E) oficialidade.

#### 9. FGV - 2024

Demétrio é investigado e indiciado pela prática do crime de receptação qualificada. Demétrio comparece à delegacia com a sua defesa técnica e explica que gostaria de prestar esclarecimentos acerca dos fatos por considerar que a investigação é totalmente improcedente. O delegado de polícia, porém, conclui o inquérito sem ouvir as declarações do imputado por considerá-las irrelevantes; pois, segundo ele, além de dispor de todo o acervo probatório sobre a materialidade delitiva, e para não causar atropelo à persecução penal, o investigado poderia fazer uso do direito ao silêncio.

Em relação à situação-problema hipotética, considerando as disposições do Código de Processo Penal, da Constituição da República, e da Jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) Embora não exista propriamente uma dialética na fase da persecução criminal, as declarações do imputado, quando deseja prestá-las, em sede policial, não poderão ser interpretadas como tumulto ou retardamento às investigações, pois elas podem esclarecer fatos, circunstâncias, e podem evitar a inobservância das normas constitucionais e legais na fase pré-processual.

( ) No curso do inquérito policial, conforme a disciplina do Código de Processo Penal, o imputado deve ser ouvido e não interrogado. Todavia, as declarações prestadas pelo investigado devem ser regidas pelas normas processuais relacionadas ao interrogatório judicial.

( ) Em âmbito judicial, formada a sua convicção acerca da autoria do crime, a dispensa do interrogatório do acusado, por parte do juiz, não deve conduzir à nulidade processual, se existirem outros meios probatórios disponíveis para a formação da verdade real.

( ) No modelo acusatório, o interrogatório do acusado, para além de ser um ato personalíssimo e defensivo, é ato tipicamente judicial; entretanto, em sede policial, considerando o interrogatório como um meio de prova e meio de defesa, o investigado deverá ser advertido pelo delegado de polícia de que o seu silêncio poderá prejudicar a sua defesa.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – F – V – F.
- (E) V – V – V – F.

#### 10. FGV - 2024

Miguel, empresário, foi difamado por Carlos, que lhe imputou fato ofensivo à sua reputação, por meio de palavras.

Nessa hipótese, o inquérito policial destinado à investigação do referido delito, deverá ser iniciado:

- (A) por requisição do juiz;
- (B) de ofício pela autoridade policial;
- (C) mediante requerimento de Miguel;
- (D) por requisição do ministro da Justiça;
- (E) por requisição do Ministério Público.

#### 11. FGV - 2024

No que diz respeito à investigação criminal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nos crimes em que a ação pública depender de representação, o inquérito policial não poderá ser iniciado sem ela.
- (B) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá comunicá-la, estritamente por escrito, à autoridade policial que, verificada a procedência das informações, determinará a instauração de inquérito.
- (C) Não cabe recurso em face do despacho que indeferir o requerimento de instauração de inquérito policial, podendo o interessado, contudo, notificar o fato ao Ministério Público.
- (D) Por não ser um instrumento cuja elaboração prévia é obrigatória, o teor do inquérito policial pode não acompanhar a denúncia ou a queixa, mesmo que sirva de base para uma ou outra.

(E) As peças do inquérito policial serão sempre reduzidas a termo escrito ou datilografadas, exceto se, por conveniência da instrução, a autoridade policial determinar a manutenção sigilosa em autos apartados a serem apresentados exclusivamente ao juízo.

**12. FGV - 2023**

Flávia foi acompanhada por você, na qualidade de advogado(a), à presença da Autoridade Policial, para noticiar a prática dos crimes de apropriação indébita e fraude processual supostamente praticados por seu ex-marido, descrevendo a prática do crime, fornecendo os dados qualificativos completos do suposto autor do fato, apresentando rol de testemunhas e anexando documentação pertinente à materialidade delitiva e de indícios de autoria.

O Delegado de Polícia Civil, após cinco dias da confecção do registro da ocorrência, sem que tenha sido praticado nenhum ato para a verificação da procedência das informações, despachou nos autos do Inquérito Policial pelo indeferimento da instauração do Inquérito Policial e determinou a suspensão do procedimento.

Nesse caso, você deve

- (A) requerer a remessa dos autos ao Ministério Público para que se manifeste, uma vez que o Delegado de Polícia não possui poderes para arquivar o procedimento.
- (B) requerer a remessa dos autos ao Juízo para que se manifeste, uma vez que o Delegado de Polícia não possui poderes para arquivar o procedimento.
- (C) apresentar recurso para a Chefia de Polícia para que se manifeste sobre o indeferimento da instauração do Inquérito Policial.
- (D) apresentar recurso ao Ministério Público para que se manifeste sobre o indeferimento da instauração do Inquérito Policial.

**13. FGV - 2023**

Quanto à atuação do órgão jurisdicional no curso das investigações realizadas no inquérito policial, é correto afirmar que o juiz:

- (A) poderá requisitar a instauração de inquérito policial em crimes de ação de iniciativa privativa do ofendido;
- (B) poderá oferecer de ofício proposta de suspensão condicional do processo ao indiciado, sem manifestação do Ministério Público;
- (C) poderá decretar a prisão temporária do indiciado mediante representação da autoridade policial, ouvido o Ministério Público;

(D) poderá oferecer de ofício acordo de não persecução penal ao indiciado, sem manifestação do Ministério Público;

(E) poderá decretar de ofício a incomunicabilidade do indiciado por cinco dias, se assim o requerer o Ministério Público.

**14. FGV - 2023**

Relativamente ao inquérito policial, às autoridades que nele atuam e às diligências nele levadas a efeito, é correto afirmar que poderá:

- (A) a autoridade policial mandar arquivar autos de inquérito de ofício ou a requerimento da defesa técnica do ofendido;
- (B) o juiz decretar a prisão temporária do indiciado de ofício, sem representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público;
- (C) o juiz decretar a incomunicabilidade do indiciado, a requerimento da autoridade policial ou do órgão do Ministério Público, por até 5 dias;
- (D) o inquérito ser instaurado de ofício pela autoridade policial nos crimes cuja ação penal depender de iniciativa do ofendido;
- (E) o órgão do Ministério Público requerer ao juiz a devolução do inquérito à autoridade policial para a realização de diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

**15. FGV - 2024**

Sobre o acordo de não persecução penal, é correto afirmar que

- (A) pode ser celebrado mesmo sendo caso de arquivamento do inquérito policial.
- (B) pode ser proposto pelo juiz.
- (C) exige a confissão do investigado.
- (D) independe do cumprimento de condições.
- (E) é cabível nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica.

**16. FGV - 2024**

Thiago agrediu verbal e fisicamente sua esposa Nicole, após crise de ciúmes. Ato contínuo, Nicole comunicou o fato à autoridade policial, que instaurou inquérito policial.

Finda a investigação, entendendo presentes a autoria e materialidade do fato típico, o delegado de polícia indiciou Thiago pelo crime de lesão corporal decorrente da condição do sexo feminino, o qual, segundo o art. 129, § 13, do Código Penal, é punido com pena de reclusão, de um ano a quatro anos.